

VI-005 – DIAGNÓSTICO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ EM FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA

Gisele Dematé ⁽¹⁾

Tecnóloga em Gestão Ambiental pelo SENAI - Blumenau.

Joel Dias da Silva

Doutor em Engenharia Ambiental, FURB - Universidade Regional de Blumenau. Instrutor Nível III - SENAI – Blumenau.

Endereço ⁽¹⁾: Rua Maria Emilia dos Santos, 182 - Jardim Aquarius - Palhoça - SC - CEP: 88133-270 - Brasil - Tel: (47) 9984-2375 - e-mail: giseli.demate@gmail.com

RESUMO

O manguezal, ecossistema de grande importância para a biodiversidade do planeta, vem sendo aos poucos degradado pela ação antrópica. Por estarem localizados na região costeira das cidades, sofre principalmente com a especulação imobiliária, aterrando a área de mangue para construção de portos, marinas, condomínios e hotéis. A Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé na cidade de Florianópolis é uma Unidade de Conservação da categoria de uso sustentável criada em 1992 com o intuito de proteger a área do manguezal do Rio Tavares, o maior da ilha de Santa Catarina, e assegurar a sobrevivência dos pescadores do local que sobrevivem da coleta do berbigão. Mesmo sendo uma Unidade de Conservação, a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé foi impactada imensamente pelas construções da Via Expressa Sul, o que comprova que a expansão urbana cresce indevidamente sobre áreas protegidas e nem mesmo as leis de proteção da biodiversidade podem impedir o desenvolvimento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Mangues, Impactos Ambientais, Conservação, Preservação.

INTRODUÇÃO

O crescimento desordenado das cidades e a falta de controle da ocupação em zonas costeiras e litorâneas na Ilha de Santa Catarina se deve ao grande valor turístico reservado a cidade. Deixa-se de lado a preservação do meio ambiente e destaca-se a busca incessante de lucro e desenvolvimento econômico. Com isso, paisagens naturais e importantes ecossistemas são destruídos para a construção de casas, edifícios e outros empreendimentos (NETO, [2003?]).

Um ecossistema rico em biodiversidade, encontrado no município de Florianópolis e que sofre o descaso da população e dos governantes é o mangue – berço e refúgio de milhares de espécies e principal contribuinte para a produtividade das regiões pesqueiras. São cerca de 6.800 quilômetros (km) de áreas de mangue em todo o litoral brasileiro que vai desde o Amapá até Santa Catarina, e 5 áreas de mangue somente no município de Florianópolis, sendo: Rationes, Rio Tavares, Itacorubi, Saco Grande e Tapera (LEMOS, 2011).

Considerados como depósito de resíduos e fonte transmissora de doenças, aterrados para construção de casas, rodovias e loteamentos ou ainda alvo do lançamento indiscriminado de esgotos sanitários, pouco se sabe da importância do mangue tanto para a população quanto para animais e plantas.

É no mangue que várias espécies de peixes, moluscos e crustáceos encontram o ambiente mais apropriado para sua reprodução. Mas é preciso garantir a sobrevivência do mangue, utilizando-o de maneira sustentável, valorizando a pesca artesanal e descriminando a pesca predatória principalmente dos indivíduos ainda em fase de crescimento evitando assim um colapso (LEMOS, 2011).

Para garantir a preservação e minimizar a exploração desordenada destes ambientes naturais, a legislação federal define a área de mangue como uma Área de Preservação Permanente, conhecida como APP e protegida tanto em esfera federal e estadual como na esfera municipal. Em Florianópolis, cerca de 80% de toda a área da cidade está protegida por lei, configurando-se como Áreas de Proteção Ambiental e Unidades de Conservação conforme se pode conferir na ilustração a seguir (ESPINOZA, 2008).

Criadas na década de 80 como uma das várias formas de proteção do meio ambiente, as Reservas Extrativistas destinam-se unicamente a exploração sustentável dos recursos naturais de um determinado local. Deste modo, se mantém preservado o ambiente sem prejudicar a exploração que passa a ser controlada por um órgão ambiental com base num plano de manejo, garantindo assim o uso sustentável do local. Cabe ao órgão ambiental responsável, combinado com a população extrativista, a gerência, o monitoramento e fiscalização da área a fim de impedir que tal exploração ultrapasse os limites aceitáveis e se torne uma ameaça ao ecossistema local (CUNHA, 2011).

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação Artigo 18º da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, define Reserva Extrativista como:

Art. 18. Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000).

Seguindo a linha de preservação de parte da zona costeira e minimização dos impactos ambientais sobre o mangue, foi criada em 1992 a primeira Reserva Extrativista no Brasil fora da Amazônia, a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé instituída pelo Decreto nº 553 de 20 de maio de 1992. Localizada na baía Sul da cidade Florianópolis próxima ao aeroporto Hercílio Luz, possui uma extensão de 1.444 hectares, sendo detentora de um dos principais manguezais do município, o manguezal do Rio Tavares. A Reserva é uma parceria dos pescadores juntamente com o IBAMA. Pescadores estes que sobrevivem da coleta sustentável do Berbigão (*Anomalocardia brasiliensis*), uma espécie de molusco bivalve que anteriormente à criação da Reserva, estava sendo ameaçado devido à exploração desordenada do mesmo (TOGNELLA-DE-ROSA E VIZINHO, 2010).

Logo após a criação da Reserva iniciaram-se os processos para a construção da Via Expressa Sul. Via que liga o centro à região sul da ilha e ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz. Foi dragada do banco de areia do Baixio do Tipitinga, área que pertence a Resex, cerca de seis milhões de metros cúbicos de areia, impactando gravemente o principal local de extração do berbigão (NICOLETTI, 2007).

É importante que se tome conhecimento dos impactos ambientais que o desenvolvimento urbano da cidade acarreta aos ecossistemas da região. A criação da Reserva, o manejo sustentável do berbigão e os impactos sofridos na região são as principais fontes de estudo do trabalho a seguir

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi dividido em duas etapas principais. A primeira foi conduzida com auxílio de um levantamento bibliográfico sobre o tema, fazendo uso de monografias, dissertações, artigos, como também legislações aplicadas à conservação de áreas de proteção ambiental, tendo como palavras-chave: mangue, impactos ambientais, preservação e conservação.

A partir dessas informações, construiu-se a revisão da literatura, um histórico do local, bem como o cenário para discussão dos resultados obtidos diante de visitas exploratórias, que foram realizadas no primeiro semestre de 2012, através de conversas informais com moradores do local, pescadores, lideranças de bairro. Procedeu-se também um registro fotográfico para avaliação visual dos impactos em pontos específicos.

RESULTADOS

A história da primeira Reserva Extrativista Marinha de Santa Catarina e a primeira RESEX instituída fora da Amazônia, inicia em 1988. Fruto da mobilização dos moradores que buscavam proteger a região da qual retiravam seu sustento, foi legalizada e implantada como Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé em 20 de maio de 1992 através do Decreto nº 553. (NICOLETTI, 2007). Localiza-se na parte sul da Ilha de Santa Catarina próxima ao Aeroporto Hercílio Luz (FIG. 1), com área aproximada de 1444 hectares, sendo 704 de baía denominada de Baixio da Tipitinga e 740 ha do manguezal do Rio Tavares. (IBAMA, 2006).

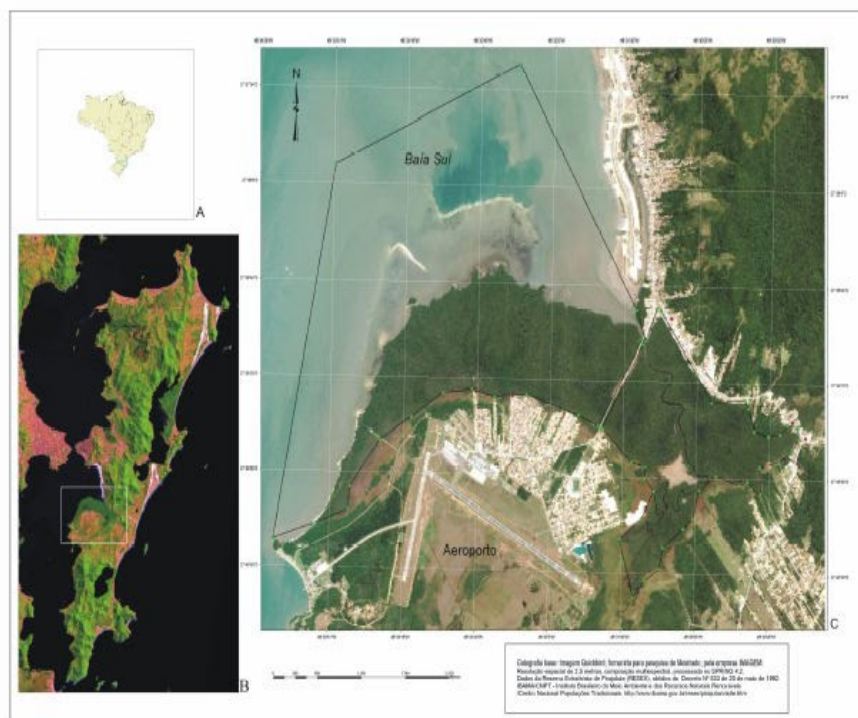


Figura 1: Limite legal da RESEX.

Fonte: Vôngole da Maré. Disponível em <<http://vongoledamare.blogspot.com.br/2010/04/beneficiamento-dos-vongoles.html>> Acesso em 08 jun 2012.

Grande parte dos moradores são pescadores artesanais que sobrevivem da coleta do berbigão (*Anomalocardia brasiliensis*), espécie ameaçada pelos impactos impostos pelo aterro hidráulico ao longo da Baía Sul e pela dragagem de cerca de 6.000.000m³ de areia do Baixio para a construção da Via Expressa Sul, que liga o centro da cidade ao sul da ilha (DEBETIR, 2006). A pesca, realizada geralmente pela manhã é feita com petrecho denominado gancho (Figura 2). As grades possuem tamanho específico determinado pelo IBAMA, chegando a cerca de 12,5 mm entre as grades.

Figura 2: Petrecho utilizado para pesca do berbigão



Fonte Vôngole da Maré. Disponível em<
<http://vongoledamare.blogspot.com.br/2010/04/reportagem-manguezal-da-reserva-de.html> > Acesso em 08 jun 2012

Para melhor administrar a Reserva e estabelecer critérios de exploração sustentável e penalidades para os pescadores e ainda garantir a integridade do manguezal, foi estabelecido o Plano de Utilização publicado pela portaria do IBAMA nº 078/96. De acordo com o plano, é proibida a caça e pesca nos rios devendo os pescadores manter uma distância de 30m das margens do manguezal e da foz do mesmo sendo ainda proibida a comercialização de qualquer animal retirado do mangue, podendo os pescadores realizar suas atividades somente no estuário da Reserva (IBAMA, 2006). As obras do aterro para a construção da Via Expressa Sul, tiveram início após quatro anos de criação da RESEX, o que acabou na quase dizimação da população de berbigão da área. Os impactos da obra, a ocupação irregular do manguezal (Figura 3) e a falta de saneamento básico são os principais problemas enfrentados pela população da região. Ao mesmo tempo em que o plano de utilização restringe a utilização da área, o IBAMA concede a Licença Ambiental para a dragagem na Reserva. Esta licença tornou o IBAMA e o Governo do Estado, réus de ação civil pública, processo nº 2002.72.00.007815-6, imposto pelo Ministério Público Federal, conforme destacado por Nicoletti (2007).

O município de Florianópolis como um todo, sofre constantemente com impactos ambientais. Isso porque, o município em pouco espaço, possui uma enorme quantidade de diferentes ambientes naturais o que dificulta a expansão urbana e aliada à falta de planejamento urbano torna-se alvo constante de impactos ao meio ambiente. É possível encontrar hoje no município áreas de morro ocupadas, manguezais aterrados, loteamentos clandestinos e tantos outros problemas decorrentes da falta de planejamento, conforme apresentado na Figura 3.



Figura 3: Casas instaladas no manguezal.

Visando a proteção dos ambientes naturais, a legislação brasileira adotou um instrumento de suma importância para a realização de obras que possam afetar os ecossistemas presentes nas regiões impactadas. São eles o EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental). Para a construção da Via Expressa Sul, não podendo ser de outra maneira, foi realizado o EIA, que por sua vez, continha diversas falhas que não poderiam ser admitidas. A equipe escolhida para realização do mesmo contava com Engenheiro, Geógrafo Físico e Geólogo, deixando de lado a participação de Biólogos, já que a área mais afetada tratava-se de uma Unidade de Conservação. Afirmava-se ainda que a área estudada não representasse grande perda de espécies e pouco representava para a alimentação da população local. Foi exigido um estudo de complementação ao EIA devido as grandes falhas expostas, mesmo assim as obras foram licenciadas (BOEIRA et al, 1994). Duas das diversas condicionantes da licença expedida pelo IBAMA de acordo com Debertir (2006) previam a implantação de um sistema de coleta de esgoto sanitário e a implantação de alternativas de fonte de renda para a população prejudicada além da extração do berbigão, propostas estas que não saíram do papel.

Considerando a importância do ecossistema manguezal principalmente para as populações costeiras e para a população em geral, é imprescindível a busca por melhorias e programas para a mitigação destes impactos. As obras de infraestrutura demonstradas no presente trabalho que impactaram de forma grave populações

tradicionais e áreas de conservação são necessárias para o crescimento urbano de uma cidade, mas não se pode passar por cima de leis impostas pela União para proteção ambiental.

A lei do SNUC nº 9.985 de 18 de julho de 2002 que determina que as Unidades de Conservação devem dispor de um plano de manejo em até 5 anos da data de criação da UC. No caso da RESEX do Pirajubaé, mesmo após 20 anos de criação, não possui o plano de manejo. O principal instrumento de gestão das RESEX, o plano de manejo, que o Plano de Utilização descreve e que a Unidade não possui, representa extrema importância para a região do presente estudo, pois é nele que se resumirão os pontos críticos que hoje afetam a RESEX do Pirajubaé conforme diagnosticado pela autora e relatado pelos pescadores. O plano de manejo deve ser desenvolvido de forma participativa e também de forma compartilhada com a comunidade, que possui conhecimentos suficientes do meio em que vivem e o ciclo de produção do recurso explorado, de forma que motivará e envolverá os extrativistas no desenvolvimento do plano.

A primeira parte de elaboração deste plano de manejo deverá iniciar pelo cadastramento dos pescadores que possuem suas atividades na Reserva e que sobrevivam das mesmas. Conforme relatado pelos pescadores grande parte dos cadastrados não são pescadores e mesmo assim possuem o seu lugar demarcado. Cada pescador possui um rancho para realização de suas atividades, mas como muitos dos ranchos estão ocupados por pessoas que não sobrevivem da pesca na região, pode se encontrar um rancho sendo ocupado por até quatro pescadores.

Outro grande problema encontrado na Unidade é a falta de fiscalização por parte dos órgãos ambientais. A população de Palhoça, localizada no Bairro Barra do Aririú são os principais infratores. Os pescadores deste bairro buscam coletar o berbigão dentro da Reserva, o que só poderia ser feito por pescadores cadastrados na RESEX. Isso ocorre devido à falta de demarcação na área. A Instrução Normativa nº01 de 18 de setembro de 2007, roteiro para a elaboração de Planos de Manejo para Reservas Extrativistas, indica no Art. 5º que deverá ser proposta à infra-estrutura necessária para administração, demarcação e sinalização, proteção e conservação ambiental da Unidade, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população tradicional.

Segundo os pescadores, várias reuniões com o ICMBio já foram realizadas para que se pudesse demarcar a área no mar com bóias, mas até o momento nada foi feito. A demarcação da área marinha da reserva possibilitaria a retomada da posse da área para os pescadores cadastrados na reserva o que facilitaria concorrentemente a fiscalização e o monitoramento da área e das infrações.

CONCLUSÕES

Com a implantação de um plano de manejo, programas ambientais poderão ser realizados com o intuito de informar a população da região à importância da preservação do local. Muitas das pessoas da região e até mesmo da cidade de Florianópolis, perguntados sobre a Reserva Extrativista, não souberam responder à autora sobre o que se tratava. Seguindo neste contexto, identificou-se que a conscientização é o caminho mais apropriado a seguir, minimizando assim os impactos causados pelo homem aos recursos naturais, adquirindo novos conhecimentos, novos valores focalizando o desenvolvimento de atitudes que fortaleçam o elo entre o ser humano e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BOEIRA, S. L.; BRUGGER, P.; SILVA, A. D.; FILHO, G. M.; NETO, C. B. R.; ARANÃ, L. A. V. EIA/RIMA : Instrumento de Proteção Ambiental ou de Homologação do Desenvolvimento Predatório? Geosul, Florianópolis.v.9; nº 18, 1994. Disponível em: <http://www.periodicos.usfc.br/index.php/geosul/article/view/23858> ; Acesso em 26 de maio de 2008.
- 2 BRASIL, Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, Par 1, Incisos I, II, III e e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza e dá outras providências.Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. P 1;19 jul.; 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm ; Acesso em 25 de fevereiro de 2012.
- 3 DEBERTIR, E. Gestão de Unidades de Conservação sob Influência de Áreas Urbanas: Diagnóstico e Estratégias de Gestão na Ilha de Santa Catarina - Brasil. 2006.247f.Tese (Doutorado em Engenharia Civil)Programa de Pós - Graduação em Engenharia Civil.Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC,

Florianópolis. Disponível em: <http://www.grupoge.ufsc.br/publica/emiliana.pdf>; Acesso em : 13 de maio de 2012.

- 4 IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Roteiro para criação e legalização das Reservas Extrativistas. 2006. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/RESEX/textos/c11.htm>
- 5 NICOLETTI, J. Pirá'jumboaié, A História da Primeira Reserva Extrativista Marinha do Brasil. 2007, 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação) - Curso de Comunicação: Habilitação em Jornalismo, Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Itajaí. Disponível em: http://serv01.informacao.andi.org.br/afe30e5_114705e7ec5_-7fde.pdf Acesso em: 19 de fevereiro de 2012.